REQUERIMENTO Nº 635/2018

Requer informações referentes à serviços público realizados no Município.

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores,

**CONSIDERANDO** que a Iluminação Pública se faz necessária ao município;

**CONSIDERANDO** que a Iluminação Pública é item de essencial de segurança;

**CONSIDERANDO** que um sistema de Iluminação Pública eficiente favorece o comércio, o turismo e pode alavancar o desenvolvimento econômico e social das cidades.

**CONSIDERANDO** que a Iluminação Pública promove a sociabilidade, permitindo que as pessoas se vejam, se encontrem e se comuniquem;

**CONSIDERANDO** que a Iluminação Pública é um dos instrumentos que atua para valorizar as áreas urbanas, orientar percursos, destacar monumentos, garantir um melhor aproveitamento das áreas de lazer e também previne a criminalidade;

**CONSIDERANDO** que a problemática aqui apresentada é pertinente e que merece atenção do Poder Público, elaboramos as questões que segue.

REQUEIRO que, nos termos do Art. 10, Inciso X, da Lei Orgânica do município de Santa Bárbara d’Oeste, combinado com o Art. 63, Inciso IX, do mesmo diploma legal, seja oficiado Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal para que encaminhe a esta Casa de Leis as seguintes informações:

1º) O Município possui um atendimento próprio em relação a iluminação pública?

2º) Se positivo o item 1,como se dá o funcionamento?

3º) Por qual meio é realizado o serviço da  Iluminação Pública neste Município?

4º) Qual forma de controle que se tem quanto a falta da  Iluminação Pública?

5º) Em quanto tempo é restabelecido a  iluminação depois de realizada a reclamação?

6º) Atualmente o serviço de  iluminação pública é terceirizado?

7º) Se positivo o item 6, qual empresa que vem realizando este serviço?

8º)  Qual o período da prestação de serviço e o término da atual empresa?

9º) Qual o valor pago por cada ponto de luz?

 10º) O pagamento é realizado por troca de lâmpada ou por ponto aceso?

 11º) No caso do não atendimento do prazo previsto no edital, qual postura a prefeitura tem tomado?

 12º) Existem notificações da prefeitura contra a empresa, se sim, quantas?

 13º) Existem processos administrativos à prestadora de serviço?

 14º) Se positivo o item 13, em qual situação ele se encontra?

 15º) Se finalizados em desfavor do terceirizado, qual foi a penalidade imputada?

16º) Existe alguma licitação em andamento para a contratação da prestação deste serviço?

16.1) Seguira o mesmo edital que esta em vigor hoje?

17º) Se positivo o item 16, qual será a data da realização dessa licitação?

18º) Outras informações que julgarem necessário.

Plenário “Dr. Tancredo Neves”, 11 de Maio de 2.018

**FELIPE SANCHES**

-Vereador-